

PORTARIA nº 1.206 de 04 de agosto de 2026

Renova e altera a outorga de direito de uso de Água Subterrânea
a **CARGILL AGRICOLA S.A**

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), no uso das atribuições legais que lhe confere o Parágrafo único do Art. 118, do Decreto Nº 1.599, de 06 de agosto de 2025;

Considerando os Termos da Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 620, de 15 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas;

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 9.612 de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a administração e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 44, de 11 de outubro de 2011 alterada pela Resolução nº 57 de 11 de julho de 2013, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato grosso;

Considerando o Parecer Técnico nº 8464/CCRH/SURH/2026 de 04 de agosto de 2026, do protocolo nº 4425/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Renovar e alterar a outorga a **CARGILL AGRICOLA S.A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.498.706/0344-85, doravante denominado Outorgado, o direito de uso de água subterrânea para finalidade industrial e outros usos. O empreendimento está localizado na zona rural do município de Primavera do Leste/MT, inserido na Província Hidrogeológica Bacia do Paraná, sob a UPG TA-4, com as seguintes características:

I – Coordenadas Geográficas PT 01 - 15°34'23,86" de Latitude Sul e 54°22'35,56" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 8,6 m³/h por um período de 19,2 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 165,12 m³/dia;

II – Coordenadas Geográficas PT 02 - 15°34'17,12" de Latitude Sul e 54°22'19,28" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 10,7 m³/h por um período de 19,2 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 205,44 m³/dia;

III – Coordenadas Geográficas PT 03 - 15°34'22,57" de Latitude Sul e 54°22'20,86" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 20,3 m³/h por um período de 19,2 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 389,76 m³/dia;

IV – Coordenadas Geográficas PT 04 - 15°34'9,26" de Latitude Sul e 54°22'13,09" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 8,0 m³/h por um período de 19,2 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 153,60 m³/dia;

V – Coordenadas Geográficas PT 05 - 15°34'24,45" de Latitude Sul e 54°22'12,27" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 19,90 m³/h por um período de 19,2 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 382,08 m³/dia;

VI – Coordenadas Geográficas PT 06 - 15°34'18,16" de Latitude Sul e 54°22'35,31" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 20 m³/h por um período de 19,2 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 384,00 m³/dia;

VII – Coordenadas Geográficas PT 07 - 15°34'30,24" de Latitude Sul e 54°22'32,12" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 21 m³/h por um período de 19,2 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 403,2 m³/dia.

VIII – O Outorgado deverá manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas;

IX – O Outorgado deverá realizar anualmente a análise físico-química e bacteriológica da água,

contendo obrigatoriamente os seguintes parâmetros: temperatura da água, pH, Condutividade, Turbidez, Cor, Cloreto, Sulfato, Fluoreto, Ortofosfato, Nitrito, Nitrato, Nitrogênio Amoniacal, Sólidos Totais, Sólidos Suspensos, Sólidos totais Dissolvidos, Alcalinidade Total, Alcalinidade de Carbonato, Alcalinidade de Bicarbonato, Dureza, Cálcio, Magnésio, Sódio, Potássio, Ferro Total, Manganês, Sílica Solúvel, Coliformes Totais, *E. Coli*;

X – O Outorgado deverá encaminhar anualmente a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT, o boletim de análise físico-química e bacteriológica da água e o relatório de medições das vazões captadas mensalmente;

XI - Construir e manter, quando e onde determinado pela autoridade outorgante, as instalações necessárias às observações hidrométricas das águas extraídas e lançadas.

XII - A apresentação dos boletins deverá ocorrer após a realização da intervenção em cada poço, conforme o cronograma de estudos e intervenções apresentado nos autos, destinado à correção das falhas identificadas.

XIII - O cronograma para entrega dos boletins de análise da água deverá observar as seguintes etapas:

a) Até agosto de 2026: apresentação do boletim de análise referente ao primeiro poço, após a respectiva intervenção;

b) Até setembro de 2026: apresentação dos boletins de análise referentes ao segundo e ao terceiro poços, após as respectivas intervenções;

c) Até outubro de 2026: apresentação do boletim de análise referente ao quarto poço, após a respectiva intervenção;

d) Até novembro de 2026: apresentação do boletim de análise referente ao quinto poço, após a respectiva intervenção;

e) Até dezembro de 2026: apresentação do boletim de análise referente ao sexto poço, após a respectiva intervenção e;

f) Até janeiro de 2027: apresentação do boletim de análise referente ao sétimo poço, após a respectiva intervenção.

Art. 2º Quando em zona urbana, fica o outorgado responsável pelo atendimento ao disposto no art. 45, §11 do Marco Legal do Saneamento Básico – Lei nº 14.026/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020.

Art. 3º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **04 de agosto de 2028**, podendo ser suspensão parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;

II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de uso de recursos hídricos;

III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 6/6/2007;

IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 4º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 5º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 6º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 18 da Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 8º. O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º. Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10. O usuário outorgado de água subterrânea deverá manter conectado e ativo junto ao sistema público de saneamento (quando houver).

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 892 de 19/07/2024, publicada no D.O.E do dia 23/07/2024, referente ao Processo 2951/2023.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 04 de agosto de 2026

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

GSALARH/SEMA-MT

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ferreira dos Santos**, em 06/08/2026 as 08:18:02.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site **<https://portal.sema.mt.gov.br/#/verificar-documento>** informando o código verificador **4H9ME40B4** e o código CRC **DD572BCB**.